

A crise da Bolívia e os seus impactos para o Brasil e para a América Latina

Marcos Paulo de Araújo Ribeiro
01/04/2005

O problema da governabilidade democrática na América Latina está, ainda, distante de ser resolvido. Essa é uma das conclusões a que se pode chegar diante a grave situação de crise em que se encontra imersa a Bolívia atualmente. Longe de ser um fato isolado e descontextualizado, a crise boliviana suscita uma vez mais os desafios que ainda precisam ser enfrentados pelos países latino-americanos e insere-se dentro de um cenário de mudanças que parece indicar um esgotamento da estrutura de governabilidade atual do continente. Quais poderão ser os seus impactos políticos e econômicos para a América Latina, em especial para o Brasil?

Em linhas concisas, a crise boliviana teve suas raízes conjunturais no crescente descontentamento popular perante a política de privatização empreendida pelo ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, que culminou em um movimento popular de rua duramente reprimido por Lozada. Mais do que o saldo de 56 mortos, o ocorrido resultou na insustentabilidade de seu governo. Assumiu, em 17 de outubro de 2003, Carlos Mesa, vice de Lozada e pertencente a um partido de baixa expressão política. Desde então, Mesa vem tentando, sem grande sucesso, contornar as dificuldades bolivianas e estabelecer uma coesão política nacional com vista à solução da crise.

No entanto, a fragmentação interna do país – movimentos separatistas ganham força na próspera província de Santa Cruz de La Sierra, a mais rica do país, a incompatibilidade de um acordo com a oposição – liderada pelo cocaleiro e presidente do partido Movimento ao Socialismo (MAS), Evo Morales – que lhe dê sustentação política e as constantes agitações populares, principalmente sob a forma de bloqueio de estradas, entre outros agravantes, têm contribuído para a manutenção da crise. Os episódios mais recentes – os pedidos de renúncia e, há poucos dias, de realização de novas eleições em agosto desse ano feitos por Carlos Mesa, ambos recusados no Congresso, bem como a aprovação por este da lei de hidrocarbonetos – parecem demonstrar que o problema ainda está distante do seu fim.

Não obstante, para a compreensão de fato da atual situação da Bolívia e da sua inserção no contexto atual da América Latina, é preciso que se vá além dos processos conjunturais e se busque o arcabouço estrutural que verdadeiramente motiva e explica a agitação que se vê naquele país. Trata-se da nação mais pobre da América do Sul, com 62 % da sua população abaixo da linha de pobreza. Em comunhão com seus colegas latino-americanos, é marcado por uma gritante desigualdade social e por um passado – só interrompido pelo processo revolucionário de 1952 – de opressão das classes ricas sobre a parcela miserável da população e de práticas populistas durante quase meio século de ditadura. Ainda em consonância com muitos de seus vizinhos americanos, o processo de redemocratização do país na década de 80 e a implantação dos princípios neoliberalizantes não implicaram grandes modificações em sua estrutura social. Os avanços na estabilização política e econômica não se refletiram em efetivas transformações nos índices de pobreza, exclusão social e marginalidade política do país.

O resultado para a Bolívia é uma democracia assentada sobre bases demasiadamente frágeis. As condições de governabilidade de um Estado marcado por condições sociais tão díspares em sua

população dificilmente não seriam precárias. O conceito de efetiva governabilidade democrática, referente, nas palavras do Chanceler brasileiro Celso Amorim, “à capacidade de exercício eficaz do poder em um quadro político de liberdade e pluralismo, no marco do Estado de Direito”, traz contido em si não só a necessidade de participação política de todos, mas também a promoção da igualdade de oportunidades e do combate à exclusão social. A atual crise de governabilidade na Bolívia resulta, em seu âmago, da incompatibilidade entre a sua estrutura social interna e uma estabilidade democrática efetiva.

As possíveis conseqüências da crise boliviana, especialmente as econômicas, para o Brasil já começam a gerar preocupação no governo e movimentações na ABIN (Agência Brasileira de Inteligência). A Petrobras é a principal multinacional petrolífera presente na Bolívia e não obstante o seu discurso moderado, há uma grande agitação interna em face dos desdobramentos da crise para a empresa, principalmente no que se refere ao aumento dos royalties e impostos cobrados – sobretudo se a nova lei dos hidrocarbonetos for sancionada pelo presidente, o que, entretanto, não deve ocorrer – e à possibilidade de ataque a refinarias e a postos de exploração. Na Bolívia, a estatal é ainda mais poderosa do que no Brasil; suas atividades de extração do gás e do petróleo bolivianos são responsáveis por cerca de 33% da arrecadação dos impostos e correspondem, sozinhas, a 20% do total do produto interno bruto daquele país. Com efeito, problemas na exploração do gás natural afetariam não só a Bolívia, mas também o Brasil, onde 50% do gás consumido é boliviano. Ademais, um agravamento da crise também poderá impactar os expressivos investimentos brasileiros em outros setores da economia boliviana, especialmente concentrados na província de Santa Cruz de La Sierra, onde se desenvolvem forças autonomistas.

No plano sócio-político e seus efeitos para todo o continente, cabe ressaltar que o quadro interno da Bolívia está longe de ser uma exceção na América Latina. A estrutura de desigualdade, que remonta às tradições coloniais, perpetua-se até os dias atuais na maioria dos países do continente e contribui para que as bases de governabilidade democrática sejam, também neles, bastante frágeis. De fato, na conjuntura política atual da América Latina, em especial da América do Sul, é possível notar traços concretos da insatisfação popular frente à manutenção dessa situação de exclusão social produzida pelas práticas neoliberais. A ascensão do presidente Lula em nosso país, a posse do esquerdista Tabaré Vázquez – rompendo com muitos anos de hegemonia de Blancos e Colorados no Uruguai, a baixa aprovação do presidente Alejandro Toledo no Peru e apontamento de pesquisas para a presidência do México indicando a vitória de López Obrador, do Partido Democrático Revolucionário, entre outros fatos, se não indicam uma crise de governabilidade, refletem o desejo de mudanças e o sentimento de insustentabilidade das estruturas sociais atuais contido nas populações latino-americanas.

O que esperar, pois, da Bolívia? Quais serão os reais desdobramentos da crise para os interesses brasileiros? Mais do que isso, quais serão os desdobramentos para a América Latina? Estaria o continente entrando, finalmente, em um período de profundas transformações sociais internas? Poderá o exemplo da Bolívia transpor fronteiras e gerar crises de governabilidade em outros países? Ainda é extremamente difícil dar respostas a esses questionamentos. Os interesses brasileiros dependem do desenrolar dos fatos e a questão política para a América Latina mostra-se incerta, porquanto as experiências esquerdistas que já se encontram em curso, como no caso do Brasil, não tenham significado, na prática, rupturas com governos anteriores e tampouco se traduzido em alterações efetivas no quadro social. Talvez uma transformação profunda na América Latina ainda esteja relativamente distante, mas parece claro que, se as estruturas atuais forem mantidas, o continente está caminhando rumo a um cenário novas instabilidades nacionais. É possível que o resultado das eleições de 2006 em diversos países do continente, a exemplo de Peru, Colômbia, México, Venezuela, Equador e Brasil forneça uma alguma pista nesse sentido.